

EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA EM RIO BRANCO, (AC): métodos utilizados por docentes para incluir em suas práticas de sala de aula alunos diagnosticados com Transtornos de Linguagem

SPECIAL AND INCLUSIVE EDUCATION IN RIO BRANCO, (AC): methods used by teachers to include in their classroom practices students diagnosed with Language Disorders

Rogério Nogueira Mequita¹

¹ Mestrando em Geografia, pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia - UNIR. Pós-graduado em Educação Especial e Inclusiva, pela Faculdade Educacional da Lapa - FAEL. Graduado em Licenciatura Plena em Geografia, pela Universidade Federal do Acre - UFAC. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Mulher e Relações Sociais de Gênero – GEPGÊNERO

*Autor correspondente: rogerio_vitorioso@yahoo.com.br

RESUMO

Esse artigo permite uma breve visualização da Educação Especial e Inclusiva no município de Rio Branco, Acre, com acento especial para os Transtornos de Linguagem. Visando alcançar tal objetivo, se fez necessária a utilização da técnica de pesquisa bibliográfica e pesquisa colaborativa por meio da atividade de campo. Através desse estudo, foi possível diagnosticar a execução de alguns serviços educacionais especializados no Município de Rio Branco. Também foi possível constatar a pluralidade dos métodos empregados pelos docentes para incluir em suas aulas alunos diagnosticados com transtornos de linguagem, e também todos os outros com os mais variados tipos de deficiência. Tais ações são executadas visando atender as limitações dos discentes que usam a rede básica de ensino, e também visando atender ao que está estipulado nas normatizações oficiais.

Palavras-chave: Educação Especial. Métodos de Ensino. Rede Básica de Ensino.

ABSTRACT

This article allows a brief visualization of Special and Inclusive Education in the municipality of Rio Branco, Acre, with a special emphasis on Language Disorders. In order to reach this objective, it was necessary to use the technique of bibliographic research and collaborative research through the field activity. Through this study, it was possible to diagnose the execution of some specialized educational services in the Municipality of Rio Branco. It was also possible to verify the plurality of the methods employed by the teachers to include in their classes students diagnosed with language disorders, as well as all others with the most varied types of deficiency. These actions are implemented in order to meet the limitations of students who use the basic education network, and also to meet what is stipulated in official regulations.

Keywords: Special Education. Teaching methods. Basic Education Network.

1. TRAÇOS INICIAIS

A ação mundial pela educação inclusiva é uma obra que perpassa diversos os âmbitos, desde as políticas voltadas ao acesso e permanência, até as práticas culturais e pedagógicas, desencadeadas em defesa de todos os alunos, garantindo-lhes o direito em poder está inserido no meio social sem discriminação.

Ao reconhecer que são grandes os obstáculos encontrados para inserir no universo escolar crianças e adolescentes que apresentam algum tipo de deficiência, evidencia-se a necessidade em se confrontar as práticas discriminatórias e desse modo, ir em busca de

alternativas que visem superá-las. Desse modo, nas últimas décadas, em diversas as esferas o poder público tem buscado garantir por meio de marcos políticos legais na perspectiva da educação inclusiva assegurar os direitos fundamentais a esse público.

Nesse contexto, para a realização do presente estudo, se ancorou na seguinte questão: como e quais são os métodos utilizados pelos docentes da Rede Básica de Ensino de Rio Branco, Acre, para incluir em suas práticas de sala de aula alunos diagnosticados com transtornos de linguagem? Desse modo, buscou-se identificar as estratégias utilizadas pelos docentes regentes nos níveis de ensino fundamental I e II.

Para atingir os objetivos propostos nesse estudo, se fez necessário o uso da pesquisa colaborativa que se baseou na resposta de algumas questões fechadas que foram respondidas através de entrevista direta com professores que atuam nos seguimentos mencionados anteriormente.

Não se pode negar que o fazer docente necessita dia após dia de novas práticas educativas, para que por essa via se possa acompanhar o desenvolvimento do discente envolvido no processo de aprendizagem. Muitos são os fatores que influenciam nas mudanças de práticas já existentes, estes podem ser de ordem sociais, culturais, econômicas entre outras. Porém, os que mais são observados são os fatores socioculturais, pois, a partir da vivência dos alunos, e do seu contexto social é que se pode elaborar possíveis intervenções pedagógicas que venham ao encontro das necessidades e particularidades de cada indivíduo.

A escolha da temática se justifica, por se compreender o amplo sentido da Educação Especial e sua importância no processo da Educação Inclusiva, compreendendo o tema da Inclusão como um abrangente projeto social. Nos últimos tempos, o alcance de vários estudos, leituras, palestras, encontros, debates, seminários, colóquios, simpósios entorno da temática, sinaliza positivamente, onde formou-se um novo olhar para a Educação Especial, e ao mesmo tempo se constatou que a visão geral sobre Inclusão ainda é muito restrita.

O fato de o local de estudo ter sido a Rede Básica de Ensino de Rio Branco se deve pelo fato dessas escolas também serem uma espécie de laboratórios da Universidade Federal do Acre, onde os discentes das diferentes licenciaturas ingressam nas salas de aula dessas escolas com objetivo de promover na área educacional um campo de observação e estágio de complementação das licenciaturas dos cursos superiores. Nessa perspectiva, esses estabelecimentos de ensino são excelentes locais para a investigação científica e experimentação de novas ideias e práticas pedagógicas, tendo em vista as inovações na estrutura e funcionamento do ensino e os interesses da comunidade.

2. PRESSUPOSTOS DA EDUCAÇÃO E A INCLUSÃO DE PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS: UM BREVE RESGATE

O processo educativo ainda nas sociedades primitivas, constituía-se basicamente por métodos informais, onde os valores culturais eram transmitidos de geração para geração. Muito antes de Cristo, há relatos de que a escrita surge a partir de esboços realizados em paredes de cavernas. Giles (1987, p. 6) escreve que nesse período:

É quase impossível enxergar a importância utilitária da invenção da escrita, pois esta, através dos símbolos permite aumentar extraordinariamente a carga de informações disponíveis ao indivíduo e à sociedade. Porém, mais importante ainda, permite à sociedade conservar o passado coletivo de forma estável. Até esse momento, transmitiam-se as tradições e os costumes da sociedade oralmente. A preservação de todo o patrimônio cultural dependia tão-somente da memória [1].

Dessa forma, a escrita surge como mecanismo de auxílio para o homem, para que através desta pudesse tornar os fatos menos vulneráveis ao esquecimento, e também era uma forma de deixar registrados os fatos históricos para as gerações futuras. Durante muito tempo a escrita foi restrita somente aos filhos do clero e nobreza, ou uns e outros que tivesse um certo vínculo com estes.

Em território brasileiro, no contexto econômico e cultural durante o período colonial, a economia era pautada principalmente na exportação de produtos primários, nesse contexto, o escravo era a principal peça para a atividade econômica da época, a produção do açúcar. Primeiramente, o que havia nesse período era uma mistura de povos, costumes e valores, pela miscigenação de índios, negros e o homem branco, o qual era considerado “superior” aos demais.

Após esse período, muitas foram as transformações que o processo educativo veio sofrendo ao longo do tempo, desse modo, Costa (2009, p. 249) afirma:

A educação é, com certeza, um dos principais pilares que sustentam uma sociedade democrática. Durante os últimos 200 anos da instalação das primeiras escolas de ensino superior no Brasil, muitas políticas pedagógicas e de inclusão social foram criadas [2].

Adentrar a um ambiente escolar e observar harmonia entre os educandos de modo que todos se sintam incluídos é motivo de orgulho para todos, mas convém lembrar, que nem sempre foi assim. As formas atuais da sociedade se relacionar com as pessoas com necessidades especiais é fruto de conquistas dessa mesma sociedade. Jönsson (1994, p. 3), explana:

Diversos autores afirmam que até o século XVIII, a exclusão acontecia amplamente, ou seja, pessoas com necessidades especiais eram excluídas da sociedade para qualquer tipo de atividade, pois eram consideradas inválidas, sem utilidade e incapazes para trabalhar, características estas atribuídas indistintamente a todos que tivessem alguma deficiência. Nesta fase, nenhuma atenção educacional era promovida [3].

A prática mencionada acima, perdurou por muito tempo, até a ciência evoluir ao ponto de se obter novas descobertas no campo da medicina, onde os deficientes passaram a ser estudados objetivando a descoberta de seus problemas e a montagem de possíveis estratégias para se lidar com estes. Capellini *et al*, (2000. p. 5) discorre:

Nesse contexto surge, em 1975, nos Estados Unidos a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes (RIO DE JANEIRO, 1981) e o Programa de Ação das Nações Unidas (NAÇÕES UNIDAS, 1982) visando implementar tais direitos, amparados legalmente pela lei PL. 94.142/75 (EUA, 1978) que regulamentou oficialmente a colocação de pessoas com necessidades educacionais especiais em ambientes o menos restritivos possíveis, nos Estados Unidos [4].

A história da educação especial no mundo passou por diversas metamorfoses, Marcos como esses expostos, contribuíram para que o homem desse um grande passo em direção à conquista de uma vida digna, favorecendo um novo olhar em direção a causas como a educação especial.

No Brasil, “o início da Educação Especial se deu no momento em que a sociedade vivia sob a influência do liberalismo, que sustentou as tendências republicanas e abolicionistas” (MAZZOTTA, 1996, *apud* CAPELLINI *et al*, 2000). Nessa perspectiva de tímido avanço a educação especial chega ao estágio atual com as devidas configurações [4].

Desse modo, nos dias atuais temos a garantia de que o direito à educação é universal e assegurado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, onde diz que esta “é direito público subjetivo, podendo ter acesso qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída” [5]. (BRASIL, 1996, Art. 5º). Nesse sentido, é acrescido ainda que entre as múltiplas obrigações do Estado para com os estudantes, “o dever com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência.” (BRASIL, 1996, Art.4º) [5].

Mesmo mediante a tais garantias estipuladas em lei, nota-se na prática que os alunos que necessitam de atendimento educacional especializado fazem parte do rol dos estudantes que ainda são privados do acesso à educação básica.

Mendes (2010. p. 11) socializa afirmando que:

Estatísticas estimadas pela UNESCO (2005) apontavam que nos países pobres e em desenvolvimento, mais de 140 milhões de crianças e jovens não tinham acesso à escolarização básica; e que apenas 2% de uma população dos indivíduos com deficiências, estimada em mais de um bilhão de pessoas em todo o mundo, estavam recebendo algum tipo de educação [6].

Essas evidências, reafirmam, o que vem sendo debatido sobre a extrema necessidade de se unir esforços para suprir as necessidades educacionais dessa grande quantidade de alunos que, até então, são privados de acesso e permanência no ensino básico.

Entre as múltiplas deficiências detectadas pelos profissionais da saúde, encontra-se a de Transtornos da Linguagem, na qual é dada enfoque nesse estudo. “Os distúrbios da comunicação constituem algumas das doenças mais prevalentes, manifestando-se como atraso ou desenvolvimento atípico envolvendo componentes funcionais da audição, fala e/ou linguagem em níveis variados de gravidade.” (MARTINS e PRATES, 2013. p. 54). Como se observa nesse trecho, tal problema afeta as partes centrais que auxiliam na comunicação dos indivíduos, mas consolida-se como algo que pode ser reversível, caso, haja um acompanhamento precoce por profissionais da área [7].

A obtenção da linguagem, segundo os especialistas em saúde, depende de uma série de fatores, nos diversos âmbitos, desde uma boa formação quando o indivíduo ainda está no ventre da mãe, até uma satisfatória interação social desde a sua concepção. Utilizada para a comunicação, a linguagem tornou-se “em grande parte, o mais importante fator para o desenvolvimento posterior da habilidade da linguagem” (SPÓSITO, 2004), fazendo com que se acumulem as informações durante muito tempo [8].

Segundo SCHIRMER *et al* (2004, p.01),

Grande parte das queixas relatadas na clínica pediátrica, neurológica, neuropsicológica e fonoaudiológica infantil refere-se a alterações no processo de aprendizagem e/ou atraso na aquisição da linguagem [9].

Tal preocupação é compreensível uma vez que a comunicação é o meio pelo qual os indivíduos buscam interagir uns com os outros, desta forma, caso o ser social apresente algum distúrbio na forma de interagir, este apresentará grandes dificuldades para se inter-relacionar com os demais. Desse modo, tais dificuldades ou impossibilidade de se expressar, irão lhe causar prejuízos os mais variados possíveis para a vida do sujeito, que estende-se desde a vida pessoal ao sucesso acadêmico.

No âmbito escolar, é uma prática muito comum os docentes receber discentes com os mais variados tipos de Transtornos da Linguagem e na maioria das vezes fica sem saber como

lidar com as especificidades de cada aluno. Fato, que necessitaria de uma prévia capacitação, para que estes estivessem melhor preparados para lidar com tal diversidade.

Prates (2011), explica que:

Os distúrbios da comunicação constituem algumas das doenças infantis mais prevalentes, manifestando-se como atraso ou desenvolvimento atípico envolvendo componentes funcionais da audição, fala e/ou linguagem em níveis variados de gravidade [10].

Desta forma, podemos refletir que o desenvolvimento da linguagem é um marco extremamente relevante para a vida e interação social do sujeito, é através deste que o indivíduo poderá empoderar-se perante a sociedade.

Qualquer anomalia no processo de desenvolvimento linguístico deste ser, afetará o seu amadurecimento. Pois falhas na linguagem ao reproduzir a fala, ou o som, podem refletir diretamente em sua interpretação e de modo mais direto também na escrita.

Mousinho (2008, p. 06) afirma que:

Podem levar a criança, por exemplo, a trocar, omitir ou transpor fonemas ou grafemas. A criança demoraria a adquirir a autonomia dos processos de leitura e escrita ou podem culminar com problemas maiores [11].

Os Transtornos da Linguagem, e as possíveis estratégias a serem utilizadas pelos profissionais que lidam com seres humanos que possuem tal deficiência, tem sido instrumento de discussão nas agendas dos diversos encontros, locais, nacionais, e até mesmo internacionais, pois trata-se de uma problemática urgente, que precisa ser melhor estudada para que os educadores possam lidar de forma mais positiva em relação ao novo. Assim, não é objetivo deste trabalho exaurir as discussões concernentes a esta temática, tão rica e tão ampla, e sim contribuir para a ampliação desta.

3. AMPLIANDO O OLHAR PARA OS TRANSTORNOS DE LINGUAGEM

Levando em consideração que a linguagem é a principal ferramenta de comunicação para que os seres humanos consigam estabelecer comunicação e entendimento, observa-se que podem surgir dificuldades em diferentes os campos da vida do indivíduo, seja esta no campo social ou intelectual. Geralmente tais barreiras se apresentam por algo que é classificado de um modo geral como Transtornos de Linguagem.

Mais a final, o que são Transtornos de Linguagem? Fontes (2017, p. 1) esclarece que:

Entende-se por Transtornos de Linguagem os quadros que apresentam desvios nos padrões normais de aquisição da linguagem desde suas etapas iniciais. Entretanto, crianças normais variam amplamente na idade na qual elas iniciam a aquisição da linguagem falada e no ritmo no qual as habilidades de linguagem se tornam firmemente estabelecidas [12].

Assim, vale acrescentar que existem diferentes tipos de Transtornos de Linguagem, embora especialistas afirmem ser mais frequente a presença deste associado a transtornos psicológicos. Dessa forma, muitas crianças que apresentam problemas ou dificuldades na aquisição da linguagem, possuem problema nos segmentos de leitura e escrita e nos relacionamentos interpessoais, o que conseqüentemente poderá afetar o rendimento escolar.

Mas quais seriam as causas para a ocorrência de tais transtornos? Fontes (2017, p. 1) nos informa:

As etiologias das alterações da linguagem e da fala podem envolver aspectos genéticos, degenerativos, lesionais, ambientais e/ou emocionais. Alguns autores classificam os transtornos com base em dois tipos de fatores que podem alterar e incidir desfavoravelmente na evolução da comunicação e da linguagem: fatores orgânicos, sejam eles genéticos, neurológicos ou anatômicos e fatores emocionais [12].

Há ainda autores que dizem que tais fatos podem resultar mais no adulto, embora os fatores mencionados sejam integrados. Já na criança considera-se que tais diferenciações estejam ultrapassadas, pois o efeito de qualquer fator orgânico ou psicológico tem repercussão sobre um conjunto de processos psicológicos que possuem influência direta na aquisição da linguagem. Após a definição e detalhamento das causas do transtorno de linguagem, se faz necessário explanar sobre os tipos de tais transtornos. Estes podem ser classificados em pelo menos três principais, sendo estes: Dislalia, Disfemia e Afasia.

Quadro 1 – Classificação dos Transtornos de Linguagem

Tipos	Características
Dislalia	Normalmente até os 6 anos de idade, a maioria dos sons da fala já está adquirida. A dislalia ou transtorno específico de articulação da fala corre quando a aquisição dos sons da fala pela criança está atrasada ou desviada, levando a: Má articulação e conseqüente dificuldade para que os outros a entendam; Omissões, distorções ou substituições dos sons da fala; Inconsistência na concorrência de sons (isto é, a criança pode produzir fonemas corretamente em algumas posições nas palavras, mas não em outras).
Disfemia	A disfemia é conhecida pela dificuldade em manter a fluência da expressão verbal, é um transtorno de fluência da palavra, que se caracteriza por uma expressão verbal interrompida em seu ritmo, de maneira mais ou menos brusca. O tipo mais comum de disfemia é a gagueira, também chamada de tartamudez.

Afasia	<p>As afasias compreendem os transtornos de linguagem causados por uma lesão cerebral, ocorrida após a aquisição total da linguagem ou durante seu processo. Existem diferentes tipos de afasias, porém elas são definidas de acordo com o local lesionado.</p> <p>Independentemente do local da lesão, a afasia é vista como um transtorno de linguagem no qual existe uma perda parcial ou total da capacidade de expressão dos pensamentos por sinais e da compreensão dos mesmos. Assim, entende-se que a afasia é a incapacidade de compreender a palavra falada, de leitura e escrita, embora essas últimas se apresentem em graus variáveis.</p>
--------	---

Fonte: MESQUITA, 2017. Texto de Maria Alice Fontes, (2017). Disponível em: <http://www.plenamente.com.br/artigo> [12].

Sabe-se que as causas que alteram a linguagem e refletem em problemas de aprendizagem são variados, desse modo diversos são os prejuízos gerados para as crianças e adolescentes que apresentam tais transtornos. Desse modo, ampliar os estudos nessa área temática é de fundamental importância para ir de encontro com possíveis soluções.

4. TRANSTORNOS DE LINGUAGEM ESCRITA DECORRENTES DE OUTROS TRANSTORNOS

Aqui faz-se necessária a compreensão de que existem outros transtornos que podem culminar nos transtornos da linguagem escrita, assim é essencial que caracterizemos as dificuldades de leitura e escrita em decorrência de outros transtornos para que o processo de intervenção seja mais esclarecedor.

Quadro 02. Transtornos de linguagem escrita decorrentes de outros transtornos

Transtorno	Características
Síndrome de Down	É considerada a principal causa genética de deficiência intelectual e é resultante da presença extra do cromossomo 21, caracterizando uma trissomia do 21. Sua incidência ocorre aproximadamente em 1:1.000 a 1: 800 nascidos vivos, sendo a idade materna o principal fator de risco associado à incidência. Em 20% dos casos, o material cromossômico extra é de origem paterna. As crianças com SD, geralmente têm atraso de desenvolvimento neuropsicomotor e de linguagem, incluindo problemas fonológicos, que são mais severos que os previstos pelas suas habilidades não verbais (NASH e SNOWLING, 2008, apud, SANTOS e NAVAS, 2016. P. 153-154)
Deficiência Auditiva e Surdez	Existem diversos critérios de classificação do grau de perda auditiva. A mais utilizada baseia-se nos valores da média do limiar aéreo, de cada orelha, para as frequências de 500, 1.000 e 2.000 Hz, sendo recomendada para crianças maiores de 7 anos e adultos. Outra classificação para crianças de até 12 anos propõe a média dos limiares aéreos das frequências de 500 a 4.000 Hz. Em ambas as classificações, as perdas auditivas severas e profundas encontram-se entre 71-90 dBNA e >90 dBNA, respectivamente. De acordo com Bureau international d'Audiophonologie (BIAP), nas perdas auditivas severas os ruídos altos podem ser percebidos, e a aquisição da linguagem pode ocorrer, mas com falhas na produção de certos fonemas da fala. Por outro lado, nas perdas profundas, de 91 dBNA ou mais, apenas ruídos muito altos podem ser percebidos, e a aquisição da linguagem está bastante comprometida. Nesses casos a comunicação se estabelece, com apoio da leitura labial e facial. Uma das opções de tratamento para as pessoas surdas é a adaptação de aparelho de amplificação sonora individual (AASI).
Distúrbio Específico de Linguagem	É caracterizado por alteração no desenvolvimento da linguagem, na ausência de perdas auditivas, alterações cognitivas, comprometimento motor da fala, distúrbios abrangentes do desenvolvimento, síndromes, alterações neurossensoriais ou lesões neurológicas adquiridas. Essas crianças podem

	chegar aos 5-6 anos com padrões atípicos de desenvolvimento de linguagem mantendo dificuldades significativas em relação à linguagem ao longo da vida, principalmente no que diz respeito à escolaridade. Portanto, o DEL é um distúrbio da infância, mas pode acarretar consequências por toda a vida do indivíduo.
Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade	É um transtorno neurobiológico, cuja característica clínica inclui problemas persistentes de atenção, impulsividade e hiperatividade, mas frequentes e severos que os tipicamente observados em indivíduos com o mesmo nível de desenvolvimento. Como a leitura requer considerável quantidade de atenção para selecionar as informações relevantes e ignorar os estímulos menos importantes, os transtornos de déficit de atenção e hiperatividade têm sido implicado como fatores que contribuem para os transtornos de leitura e escrita, ou seja, afetam de modo secundário a aprendizagem.

Fonte: MESQUITA (2018). Texto de SANTOS e NAVAS (2016) [13].

Como as informações do quadro anunciam, os transtornos de linguagem escrita podem ser originários de diversos outros transtornos, e não simplesmente ser classificado como um transtorno de linguagem por si. Alertam os especialistas que no processo de intervenção de tratamento o profissional em fonoaudiologia deve adequar a estimulação, onde as especificidades do transtorno primário devem ser levadas em conta.

5. TRILHA METODOLÓGICA

Trabalhar com educação especial e inclusiva não é tarefa fácil, pois trata-se de uma temática relativamente jovem, pouco explorada e de natureza complexa. Envolve múltiplas dimensões e perspectivas, e em geral a necessidade de recortes para viabilizar o estudo acaba limitando os resultados. Nesse caso, os participantes tiveram o papel de informantes e, na maioria dos casos, não deram a devida atenção na hora de fornecer as informações. Mediante a falta de tempo, em razão do dia-a-dia corrido dos docentes, necessitou-se de um procedimentos metodológico e técnica de pesquisa que melhor se adequou a essa realidade, que foi o uso das redes sociais para que os docentes pudessem responder aos questionários elaborados.

Para Severino (2014, p. 121), “o método é o conjunto de procedimentos lógicos e de técnicas operacionais que permitem ao cientista descobrir as relações causais constantes que existem entre os fenômenos” [14].

Desse modo, para a efetivação desse estudo, primeiramente foi utilizada a técnica de pesquisa documental, onde se realizou uma série de pesquisas bibliográficas em diferentes fontes, bem como consulta a livros e artigos científicos concernentes à temática. O presente estudo também se utilizou da pesquisa colaborativa que se ancorou na resposta de algumas

questões fechadas respondidas pelos professores que atuam nos seguimentos I e II do ensino fundamental da Rede Básica de Ensino de Rio Branco.

Desse modo, o objetivo central foi compreender como eram elaboradas as estratégias de ensino pelos docentes regentes das turmas, para melhor incluir em suas práticas de ensino, alunos diagnosticados com Transtornos de linguagem, e de que forma estas estratégias vem contribuindo para a inclusão desses alunos. Logo após os docentes terem respondido as questões, os dados coletados foram analisados de modo a identificar as diferentes estratégias utilizadas por estes para a inclusão dos alunos, e posteriormente essas informações foram convertidas em texto.

6. EDUCAÇÃO ESPECIAL E ASSOCIAÇÃO TEORIA E PRÁTICA

As escolas nas quais foi realizada a pesquisa, trata-se de unidades de ensino que se encontram situadas em diferentes pontos do município de Rio Branco. Por questões éticas foi preferível não explicitar o nome destas, mas trata-se de unidades da rede estadual e federal de ensino. Suas vagas costumam ser muito disputadas pela comunidade riobranquense e região.

A forma de ingresso utilizada hoje nessas unidades de ensino, ocorrem através, sorteio público, ex-ofício e matrícula livre enquanto houver disponibilidade de vagas. Meio a esse contexto, também são ofertadas entre cinco e vinte por cento das vagas para alunos com algum tipo de deficiência.

No que se refere ao processo ensino-aprendizagem, as escolas contam com um quadro efetivo e flutuante em sua maioria graduados, especialistas, mestres e doutores. No entanto, as escolas em grande parcela não possuem a preocupação em ofertar formações específicas na área de educação especial e inclusiva para os docentes, ficando livre a participação ou não destes em cursos preparatórios oferecidos pela secretaria Estadual de Educação.

Para a obtenção dos dados dessa pesquisa foram elaboradas cinco questões pontuais, onde através do método colaborativo, foram entrevistados quinze professores, estes foram induzidos a responder as seguintes questões: 1. Você trabalha com alunos que apresenta algum tipo de deficiência? Quantos? 2. Possui algum que apresenta transtorno de linguagem? 3. No decorrer de sua aula, qual a estratégia utiliza para melhor incluí-lo? 4. Consegue lidar tranquilamente com a questão? 5. A gestão da escola fornece algum suporte para essa situação?

Dos quinze docentes de turmas diferentes entrevistados, apenas quatro afirmaram possuir em sala de aula alunos com algum tipo de deficiência, e destes apenas dois dos alunos

foram diagnosticados com Transtorno de Linguagem. Como resposta ao questionário aplicado com uma docente que possui dois alunos com Transtornos de Linguagem, foram obtidas as seguintes informações:

Não tenho nenhum aluno com deficiência física. Entretanto, tenho quatro alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem bastante significativa, os quais demonstram muita dificuldade de concentração, memorização, dificuldade em reter informações, dificuldades em desenvolver as habilidades de leitura e escrita, de retirar escrita do quadro, entre outros. Conversei com os responsáveis sobre a situação, mas por enquanto, somente um, iniciou a busca por atendimento especializado e o aluno foi acompanhado por psicólogo e recebeu um relatório de dislexia provisório. Como eu já estava investigando, já havia deduzido e por isso, já estava utilizando atividade que atendem alunos com essa necessidade. (Docente x. Rio Branco - AC, 2017).

Como observa-se no depoimento da educadora, o docente precisa está muito bem qualificado para que possa constatar tais transtornos e adotar os procedimentos corretos, bem como conversar com os pais e sugerir o encaminhamento para um especialista, no caso o Fonoaudiólogo.

A docente em resposta à segunda questão mais específica, ao ser indagada sobre a presença de alunos com transtornos de linguagem em sua turma, responde que:

Percebo, neste ano letivo, dois alunos que em alguns momentos apresentam características de dislalia, o que ocasiona a má articulação e conseqüente dificuldade para que os outros os entendam, e percebo omissões, distorções ou substituições dos sons da fala. Às vezes, eu mesma tenho muita dificuldade em compreender a pronúncia de determinadas palavras ditas pelos alunos. Em conversa informal com as mães destes alunos, informei minha observação e sugeri que as mesmas procurassem atendimento fonoaudiólogo para averiguação específica, pois por vezes, identifico disfemia (gagueira) durante a expressão verbal dos alunos em questão. (Docente x. Rio Branco - AC, 2017).

É possível imaginar que ter vários alunos em uma única classe que apresentam deficiência não é tarefa fácil, e para tanto, requer uma atenção maior do profissional e da equipe gestora associados à família para que se possam estabelecer estratégias para lidar com tais fatos. Assim, buscando responder ao anseio que culminou essa pesquisa, foi perguntado à docente qual a estratégia utilizada para melhor incluir em suas práticas em sala de aula, esses alunos que são diagnosticado com Transtornos de Linguagem, a mesma compartilha conosco o seguinte:

Para incluí-los, posiciono suas cadeiras na fileira da frente, para que os mesmos não se distraiam com os movimentos dos colegas; confecciono jogos/materiais pedagógicos; trabalho com a formação de agrupamentos produtivos, onde o aprender

faz dos alunos protagonistas e parceiros uns dos outros; privilegio o tripé: teórico, prático e avaliativo, para que os alunos façam parte da construção do conhecimento durante todo o processo; ofereço reforço escolar no contra turno; faço muito ditado; articulo bem as palavras, fazendo com que o aluno perceba claramente todos os fonemas, com cuidado para não expô-lo diante dos colegas ; faço atividade diferenciada, de acordo com a necessidade do aluno; estudo muito para me preparar para a próxima aula... (Docente x, 2017).

Não é comum nos demais estabelecimentos de ensino se encontrar profissionais que consigam lidar tranquilamente com tais fatos sem a ajuda da equipe gestora. No entanto, os docentes entrevistados conseguem atender aos procedimentos que são recomendados pelos profissionais da área sem um efetivo apoio da gestão da escola em que trabalham, ancorando-se apenas em pesquisas por conta própria e ajuda dos colegas de trabalho, o que consolida-se como algo muito positivo.

Acredito que consigo por já ter um ritmo de pesquisa sobre minha prática, uma vez que se tornou um hábito buscar entender como os alunos estão aprendendo ou deixando de aprender. Toda semana tenho meu momento de estudo, onde procuro pesquisas que retratem as dificuldades de aprendizagem. Conforme vou pesquisando, confecciono materiais para utilizar como recurso que auxilie os alunos (e eu!) na superação dos desafios. O lado difícil é dar conta de atender tantas diferenças, pois é difícil trabalhar na mesma sala e ao mesmo tempo, com alunos de hipóteses diferentes. Geralmente, alunos com necessidades educacionais especiais, requer um acompanhamento individualizado (na cadeira) por mais tempo e quando estou atendendo quem está com dificuldade, os outros terminam no tempo hábil e ficam inquietos, o que é natural, mas que atrapalha os que precisam de mais atenção. Ou ainda, quando o professor está dando explicação no quadro para quem está dentro do desenvolvimento adequado para o ano, os que tem dificuldades, não realizam as atividades, pois esses alunos, geralmente apresentam autoestima baixa ou ainda estão construindo a autonomia e isso, faz com que eles só trabalhem se a professora estiver ao seu lado. (Docente x, 2017).

A formação de continuada de professores é algo primordial, não importando se os docentes já são mestres ou doutores, pois afinal de contas os saberes são diferentes e necessitam sempre estarem sendo renovados ou atualizados. Desse modo, no que concerne à educação especial não é diferente, é uma corrente que necessita de uma constante ajuda e compromisso de todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

7. PROPOSIÇÕES E AÇÕES PARA SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS LEVANTADOS COM A PESQUISA

A educação especial é uma modalidade de ensino muito ampla que perpassa os diferentes níveis e modalidades de ensino, e deve ter como responsabilidade identificar,

elaborar e organizar os recursos e estratégias pedagógicas que visem a superação das dificuldades dos educandos que apresentam algum tipo de deficiência. Desse modo, no decorrer desse estudo foi possível constatar que a ação junto às famílias pode contribuir para minimizar os prejuízos iniciais de linguagem que poderiam posteriormente se agravar, sendo de fundamental importância para a detecção precoce do problema. Desse modo observa-se a necessidade de uma maior participação da família na escola, o que poderia está sendo resolvido através de reuniões esclarecedoras periódicas, por parte da equipe gestora, além da contratação de profissionais específico da área para acompanhar os discentes.

Foi possível ainda constatar que são múltiplas as estratégias utilizadas pelos docentes da Rede Estadual Básica de Ensino de Rio Branco, para incluir em suas práticas alunos diagnosticados com Transtornos de Linguagem. Assim, buscam seguir as orientações exigidas pelos especialistas para cada especificidade, mesmo que o conhecimento e qualificação sejam buscados por conta própria. Observou-se ainda que a composição do corpo docente formada por profissionais capacitados que visem estar sempre se atualizando de acordo com as especificidades, contribui para um melhor desenvolvimento dos educandos.

O acesso de alunos diagnosticados com deficiência à educação tem crescido muito nas últimas décadas no Brasil, o avanço vem desde o acesso a programas de enriquecimento do currículo, ao ensino de linguagem e códigos específicos que auxiliam na comunicação associada a propostas pedagógicas do ensino comum.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento da linguagem implica na aquisição plena desta que permite a maior inserção do indivíduo no meio social, de outro lado qualquer transtorno que venha afetar o desenvolvimento adequado da mesma, contribui para retardar seu amadurecimento. Falhas no desenvolvimento fonológico pode refletir na leitura e posteriormente na escrita do educando. Desse modo, o mais indicado é sempre o estabelecimento de perfeita harmonia entre corpo docente, gestão, família e os profissionais que cuidam de tais questões.

Realizar um estudo dessa natureza consolida-se algo muito gratificante, através deste tenho a certeza que pude contribuir de alguma forma para a ampliação dos debates referentes à temática em questão. A Educação Especial é um campo do saber muito rico e ao mesmo tempo, muito carente de pesquisas. Para tanto, não foi a nossa intenção esgotar as discussões referentes à temática, mas sim instigar debates e pesquisas nesse campo do saber.

REFERÊNCIAS

- [1] GILES, T.R. **História da Educação**. São Paulo: EPU, 1987.
- [2] COSTA, E. B. O; RAUBER, P. **História da Educação: surgimento e tendências atuais da universidade no brasil**. Revista Jurídica UNIGRAN. Dourados, MS. V. 11, 2009.
- [3] JÖNSSON, T. Inclusive education. Hyderabad Índia: THPI, 1994, 158p.
- [4] CAPELLINI, V. L. M. F; MENDES, E.G. **HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: EM BUSCA DE UM ESPAÇO NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA**. UNESP/Bauru. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/V/Vera%20lucia%20messias%20fialho%20capellini.pdf>. Acesso: 15 out. 2017.
- [5] BRASIL. **LDB**, Lei 9.396, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm> . Acessado em: 01/10/2017.
- [6] MENDES, E. G. **OBSERVATÓRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL: estudo em rede nacional sobre as salas de recursos multifuncionais nas escolas comuns**. São Carlos, 2010. Disponível em: <<http://www.lapeade.com.br/publicacoes/pesquisas/PROJETO%20ONES SP%20-%20VERS%C3%83O%20FINAL%20REFORMULADA.pdf>>. Acesso: 01/10/1017.
- [7] MARTINS, O. V; PRATES, S. C. P. L. Revista Médica de Minas Gerais. **Distúrbios da fala e da linguagem na infância**. Belo Horizonte/MG, 2011.
- [8] SPÓSITO, E. S. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo. Editora UNESP. 2004.
- [9] SCHIRMER, C.R; FONTOURA, D. R; NUNES, M. L. **Distúrbios da aquisição da linguagem e da aprendizagem**. Rio de Janeiro. 2004. Disponível: <<http://www.scielo.br/pdf/jped/v80n2s0/v80n2Sa11.pdf>>. Acesso: 12/08/2017.
- [10] PRATES, L. P. C. S. **Distúrbios da fala e da linguagem na infância**. Belo Horizonte - MG. Revista Médica de Minas Gerais, 2011. Disponível em: <http://ftp.medicina.ufmg.br/ped/Arquivos/2013/disturbiofalaeimagem8periodo_21_08_2013.pdf> acesso: 02 de ago. de 2018.
- [11] MOUSINHO, R; SCHMID, E. **Aquisição e desenvolvimento da linguagem: dificuldades que podem surgir neste percurso**. Rev. psicopedag. vol.25 no.78 São Paulo 2008.
- [12] FONTES, M. A. **O que são os Transtornos de Linguagem? Causas e Tipos**. São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://www.plenamente.com.br/artigo/197/-que-sao-os-transtornos-linguagem-causas.php#.WfRaCltsZtQ>>. Acesso: 28 out. 2017.
- [13] SANTOS, M. T. M; NAVAS, A. L. G. P. **Definição e caracterização dos transtornos de linguagem escrita e dislexia**. In: Transtornos de linguagem escrita: teoria e prática. Barueri – SP, 2016.

[14] SEVERINO, A. J. **Filosofia no Ensino Médio**. São Paulo – SP. Cortez Editora, 2014.

NAÇÕES UNIDAS, **Resolução n.º 37/52**. Programa de Ação das Nações Unidas. Assembleia Geral das Nações Unidas, 1982.

NASH e SNOWLING, 2008, apud, SANTOS e NAVAS. **Transtornos de linguagem escrita decorrentes de outros transtornos**. In: SANTOS, M, T. M; NAVAS, A. L. G. Transtornos de linguagem escrita: teoria e prática. Barueri – SP, 2016.

RIO DE JANEIRO. **Declaração dos Direitos do Deficiente**. Resolução n.º 3447, de 9/12/1975, In: O correio, ano 9, n.º 3, março, p. 134, 1981.